

ANAIS

ISBN: 978-85-62855-64-1

Artigos Completos e
Resumos Expandidos

IX SEMINÁRIO INTERNACIONAL

DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL,
COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOLIDÁRIA

Tema: saberes e práticas da agricultura familiar



ORGANIZADORES:
Adebaro Alves dos Reis
Antônio Jorge Paraense
Cícero Paulo Ferreira
François Laurent

Jose Daniel Gómez López
Maria José de Sousa Barbosa
Roberta de Fátima Rodrigues Coelho
Romier da Paixão Sousa
Wagner Luiz Nascimento do Nascimento



Universitat d'Alacant
Universidad de Alicante



Dados para catalogação na fonte
Setor de Processamento Técnico Biblioteca
IFPA - Campus Castanhal

S47 Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária – SICOOPES (9. : 2016: Castanhal, PA)

Anais... : artigos completos e resumos expandidos / IX Seminário Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Cooperativismo e Economia Solidária: tema: saberes e práticas da agricultura familiar / Organizadores: Adebaro Alves dos Reis [et al.]. — Castanhal (PA): IFPA, 2017.

1431 p.

ISBN: 978-85-62855-64-1

1. Desenvolvimento rural – Castanhal (PA). 2. Economia social. 3. Agricultura familiar. I. Reis, Adebaro Alves dos. II. Paraense, Antônio Jorge. III. Ferreira, Cícero Paulo. IV. Laurente, François. V. López, Jose Daniel Gómez. VI. Barbosa, Maria José de Sousa. VII. Coelho, Roberta de Fátima Rodrigues. VIII. Sousa, Romier da Paixão. IX. Nascimento, Wagner Luiz Nascimento.

CDD: 307.1412098115

Os textos são de responsabilidade dos autores, não coincidindo, necessariamente, com o ponto de vista das instituições organizadoras, comissão organizadora e da comissão técnica-científica do evento. Assim como, também não refletem a posição dos responsáveis por esta publicação.

COMERCIALIZAÇÃO DA CASTANHA DO BRASIL E A IMPLICÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO TERRITÓRIO DE TEFÉ – AM

Lindomar de Jesus Souza Silva

Lindomar.j.silva@embrapa.br

Gilmar Antonio Meneghetti

gilmar.meneghetti@embrapa.br

Veronica Fernandes Silva de Brito

veronicafernandes15@gmail.com

Kátia Emidio

kátia.emidio@embrapa.br

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda

taniamiranda18@yahoo.com.br

Sessão Temática I - Desenvolvimento Rural Sustentável, Territorialidade e Políticas Públicas
Modalidade: Artigo Científico

RESUMO

O trabalho faz uma reflexão sobre o potencial endógeno de desenvolvimento no território de Tefé, AM. Analisa os elementos que interferem no processo de desenvolvimento e aponta algumas formas de superação dos obstáculos. Traz para o campo de análise quatro comunidades, cujas famílias têm como atividades econômicas a mandioca e a coleta da castanha. Foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva, que busca descrever o comportamento, identificar e obter informações sobre as características de determinado problema. Para isso, foram coletados dados secundários, realizadas entrevistas e aplicados questionários semiestruturados com 31 agricultores extrativistas. A pesquisa mostrou a castanha e a farinha como principais fontes de renda das famílias, cujo nível de organização é baixo, além de alto grau de subordinação aos atravessadores, um forte processo de masculinização, baixa disponibilidade de força de trabalho, baixa escolaridade e esvaziamento das comunidades rurais.

Palavras-Chave: Desenvolvimento territorial. Extrativismo. Agricultura. Inovação. Unidades familiares.

ABSTRACT

The work is a reflection on the endogenous development potential in the territory of Tefé, AM. It analyzes the elements that interfere in the development process, as well as points out some ways to overcome obstacles. Brings to the field of analysis four communities, whose families have economic activities as cassava and collecting nuts. exploratory and descriptive research, which seeks to describe the behavior, identify and obtain information on the characteristics of a given problem was used. For that they were collected secondary data, interviews and applied semi-structured questionnaire with 31 extractive farmers. Research has shown the nuts and flour as main sources of income of families who have low level of organization, high degree of subordination to middlemen, a strong process of masculinization, low availability of workforce, low education and emptying of rural communities.

Keywords: *Territorial development. Extraction. Agriculture. Innovation. Family units.*

INTRODUÇÃO

A exploração de produtos extrativistas, como castanha e borracha, remonta ao século XIX com o advento do “desenvolvimento do navio a vapor e a descoberta do processo de vulcanização” (CLÉMENT, 2008, p.5). O navio a vapor reduziu a distância entre Belém e Manaus, e colocou definitivamente o Amazonas na rota internacional, com a linha Manaus-Gênova, em 1872. Com o processo de vulcanização, a região de Tefé, assim como em outras regiões à beira dos grandes rios amazônicos, passou a ser ponto de instalação de comerciantes ribeirinhos, já que essas regiões possuíam “imensas reservas de borracha, e negociantes e aventureiros, com apoio de bancos e grandes empresas começaram a apropriar-se de imensos espaços para explorar borracha (seringais), utilizando mão de obra submissa por meio do sistema de aviamento” (CLÉMENT, 2008, p.6).

A borracha, a castanha e outros produtos extrativistas demandados pelo mercado internacional expõem um problema que perdura até os dias atuais. Tem-se uma herança colonial que diz respeito à dificuldade de superar a ideia, a visão e a dependência de uma economia baseada em um modelo agroexportador; para ser mais preciso, para a Amazônia trata-se de um modelo extrativista exportador (castanha e borracha), com foco na exportação de produtos primários e que ainda não “conseguiu” se consolidar como estratégia de desenvolvimento rural sustentável. Essa marca pode ser vista na instabilidade e apropriação da renda gerada por esse setor, na prevalência de um mercado onde o atravessador ainda tem um papel importante, nas condições de pobreza em que se encontram centenas de comunidades rurais, como consequência da apropriação desigual da renda, e pela ausência de uma política de consolidação de programas e projetos voltados à valorização dos atores sociais e dos fatores endógenos da região.

O trabalho faz uma reflexão do potencial endógeno presente no território de Tefé, tendo como campo de análise quatro comunidades que têm a mandioca e a castanha como principais produtos agrícolas. Tefé é uma das centenas de cidades amazônicas onde a vida econômica “gira em torno do comércio ribeirinho: o porto está repleto de barcos de pequeno, médio e grande porte” (FAULHABER, 1998, p.21).

Segundo Oliveira e Salgado (2008, p.25), “Tefé é a cidade que centraliza as relações de comércio e exploração na região”. No passado, segundo os autores, era o “ponto de apoio para as expedições portuguesas que subiam o Solimões, o Juruá, o Jutai e Japurá, a fim de extrair produtos vegetais”.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nas últimas décadas do século XX, colocou-se em evidência a importância da Amazônia para o destino da humanidade. Para Pinto (2002, p.33), essa condição tornou a região uma importante variável na abordagem econômica, política e ambiental. Essa perspectiva faz com que, segundo o autor,

[...] todos os cálculos econômicos de futuro incluem o fator amazônico como relevante, sobretudo para setores de ponta: a biotecnologia, a engenharia genética, a tecnologia de novos materiais, o controle da poluição e, naturalmente, refúgios de vida selvagem, cada vez mais vital para a sobrevivência da humanidade, ou a manutenção de seu ciclo de evolução e progresso.

Segundo Costa (2003), essa preocupação mundial tem como foco a natureza e as pessoas. Essa atenção está relacionada à “importância da maior floresta tropical do planeta como acervo de biodiversidade e como base de prestação de serviços ambientais para a

estabilização do clima global [...] e à utilização mais qualificada [...] de suas características naturais e dos seus atributos locais”. (COSTA, 2005, p.132)”.

A Amazônia, na atualidade, pode ser vista, segundo Santos (2004, p.339), como um lugar que é “ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. É importante ressaltar que o local encontra-se de tal forma conectado ao global que influencia e é influenciado”.

Nobre (2001) afirma que, no Brasil, encontram-se as maiores áreas florestais do mundo, aproximadamente 27,5% da cobertura florestal do planeta, em uma composição que possui 500 milhões de hectares de floresta nativa e 6 milhões de hectares de floresta plantada.

Entre as alternativas de atividades sustentáveis e capazes de manter a floresta está o extrativismo, como ideia central para “conter os desmatamentos e as queimadas” da Floresta Amazônica, como também de “outras partes do mundo tropical” (HOMMA, 2014, p.18). Para Homma (2014, p.18), a “sustentabilidade do extrativismo” apresenta modificação com o “progresso tecnológico, o surgimento de alternativas econômicas, o crescimento populacional, a redução de estoques naturais, os níveis salariais da economia, as mudanças nos preços relativos e outros fatores”. É por isso que o autor diz que a “opção extrativa como uma solução viável para o desenvolvimento da Amazônia deve ser considerada com cautela” (HOMMA, 2014, p.18). Para Witkoski (2007) é preciso considerar que o extrativismo, inerente à formação social da região, com o tempo, vem deixando de ser a principal atividade, como ocorria nos tempos da borracha. Para Henrique (2015, p.61), um “traço fundamental” da agricultura na Amazônia é a sua “multifuncionalidade”. Essa multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar

[...] não necessariamente deriva da combinação de atividades agrícolas com atividades não tipicamente agrícolas, mas, sim, do manejo simultâneo de diversos recursos naturais e ecossistemas terrestres (terra firme) e aquáticos (várzea) e de atividades produtivas que combinam a agricultura e a pecuária com a exploração de recursos florestais, notadamente a exploração dos assim chamados produtos florestais não madeireiros (PFNM), a pesca e a caça.

O perfil particular da região e as demandas atuais da sociedade fazem com que o desenvolvimento da agricultura e do extrativismo na Amazônia esteja entre as principais estratégias para assegurar à população a segurança alimentar, a geração de renda e emprego e a sustentabilidade. Para alcançar tais objetivos é fundamental superar, segundo Homma (2015, p.20), o atual estágio tecnológico, já que “a reduzida oferta de tecnologias agrícolas e ambientais, associada ao baixo nível de capital social, tem sido a causa e o efeito das atividades altamente dependentes da depredação dos recursos naturais na região”. Tal condição faz que “quando se fala em produção familiar, a imagem que vem imediatamente em mente é de um empreendimento de dimensões reduzidas, trabalhando com técnicas relativamente precárias e atrasadas (ABRAMOVAY, 1992, p. 19).

Para Costa (2016, p.54), o rural constitui um dos principais setores relacionados à perspectiva de futuro da região Amazônica.

A dimensão rural é fundamental para o tratamento das dinâmicas e das perspectivas futuras do desenvolvimento da Amazônia, particularmente, no que se refere aos temas cruciais da sustentabilidade e da inclusão social. A diversidade estrutural marca profundamente essa realidade, definindo seus atributos econômicos, ambientais e sociais.

Desenvolver a agricultura e o extrativismo constitui uma das principais estratégias para segurança alimentar, geração de renda e emprego na Amazônia.

Na história da região, principalmente relacionada à biodiversidade, a ausência de tecnologias no extrativismo mostra que “produtos da biodiversidade baseados no extrativismo, que já tiveram grande peso na economia, foram transferidos para outras partes do país e do mundo, constituindo-se em fontes de riqueza nestes novos locais ou sofreram o esgotamento de seus recursos” (HOMMA, 2015, p.1).

Um dos aspectos essenciais para a consolidação da agricultura familiar e do extrativismo como prática sustentável é a tecnologia. Um cenário desejável e que atenda às demandas socioambientais da sociedade mundial somente é possível, na região, com a introdução de tecnologias, associadas a um conjunto de fatores que contribuam para a remoção das “fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática” (SEN, 2000, p.29). Para Homma (2015, p.21), a tecnologia permite superar os limites inerentes à atividade extrativista.

O extrativismo é viável enquanto o mercado for pequeno, mas quando o mercado começa a crescer, os agricultores são estimulados a efetuar plantações e com isso acontece o colapso dessa atividade. Isto ocorreu com mais de 3 mil plantas cultivadas no mundo inteiro. A economia extrativa é um ciclo no qual se tem a fase da expansão, depois a estabilização e finalmente o seu declínio.

As múltiplas reflexões colocam a necessidade de soluções capazes de conciliar a produção e a sustentabilidade. Para Silva (2015, p.241), a solução consiste em “produzir com respeito ao meio ambiente, caminho mais seguro, o único na verdade, capaz de possibilitar a implantação de uma agropecuária sustentável”. Para o autor, “desenvolver o estado e a região é garantir a defesa de nosso ecossistema, significa banir o predador e preservar nossa biodiversidade.” Sendo que para isso é necessária a ação do estado. “A destruição se alastra exatamente no vácuo gerado pela ausência de políticas públicas”, onde o bioma “está desguarnecido, entregue à própria sorte”.

O processo de desenvolvimento sustentável da região não pode pensar o extrativismo como algo outorgado de forma pródiga pela natureza. O extrativismo, principalmente a castanha-do-brasil precisa deixar de ser visto como no Relatório do Presidente da Província do Pará, Francisco Carlos de Araujo Brusque, de 1862. Nesse relatório, a castanha-do-pará era tratada como “mais um produto natural, que se encontra em abundância nas matas d’esta província ao alcance de todos”¹⁶.

A abundância de castanhais nas matas amazônicas tem levado ao abandono do incentivo ao planejamento para o desenvolvimento de tecnologia voltada a “mudar o perfil produtivo”, no caso do extrativismo, para a domesticação e o manejo das espécies (HOMMA, 2015), como já ocorreu na história da humanidade quando “saiu do estágio de coleta, extração e caça, para a agricultura, para a domesticação de plantas e animais e para a industrialização com base em matérias-primas sintéticas” (ALLEGRETTI, 1994, p.16). Tal aspecto é tratado pela economia como a “maldição dos recursos naturais”. Essa preocupação já estava presente no pensamento de Tenreiro Aranha, governador do Amazonas em 1852, quando afirmava que existia um abandono da agricultura em função do extrativismo da borracha, ou seja, ocorreu um êxodo das atividades agrícolas e industriais em função do extrativismo (SOUZA, 2009).

¹⁶ BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Pará na primeira sessão da XIII legislatura pelo Exmº Sen. presidente da província, Dr. Francisco Carlos de Araujo Brusque, 1 set. 1862. Pará: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 41. Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/par%C3%A1>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

No caso do Amazonas, a agropecuária, até os dias atuais, ainda não assumiu o papel que lhe é devido no desenvolvimento do estado. Segundo Silva (2015, p.240), o Amazonas não “consegue avançar em relação ao setor primário. Nossa produção não se coaduna com as necessidades da população. Por isso o Amazonas (capital e interior) importa peixe, leite, laticínios, verduras, frutas, bebidas, feijão, frango, arroz, carnes, farinha e cheiro verde”.

Para Dias (2015, p.239) um dos pressupostos para se alcançar a superação do estágio atual do estado está no “envolvimento da comunidade. Não dá para desenvolver a tecnologia e depois apresentar para a comunidade o resultado”. O ponto levantado por Dias (2015) conduz para a reflexão realizada por Furtado (2004, p.484), ao afirmar que possuir recursos para investir “está longe de ser condição suficiente para preparar um futuro melhor para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza uma melhora efetiva das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento”.

O debate em relação ao mundo rural amazonense conduz a uma reflexão sobre o desenvolvimento com enfoque no território. Como lembra Madeiro e Dias (2015, p.13), a perspectiva territorial do desenvolvimento na Europa surgiu “ligada a situações geográficas específicas (clima, solos ou topografia desfavoráveis) ou por representarem locais de elevado valor quanto ao patrimônio natural e cultural”. Para os autores,

[...] pode-se afirmar que a concepção fundante das políticas europeias é a ideia de que a agricultura não é mais o motor responsável pelo desenvolvimento das áreas rurais e que é necessário reconhecer e estimular sua multifuncionalidade apostando em alternativas produtivas, inclusive as relacionadas à valorização da paisagem e ao turismo rural.

O enfoque no território supera uma concepção presente em grande parte dos municípios onde se foca somente em conselhos municipais, “quanto igualmente importante seria induzir articulações intermunicipais” (VEIGA et al., 2001, p.58). Essa perspectiva evidente precisa superar décadas de agendas governamentais, políticas e sociais que têm sua história e seus anseios pautados por demandas localizadas e muitas vezes isoladas. Theys (2006, p.91) diz, ao abordar o desenvolvimento territorial sustentável, que o que está em jogo é “a nossa capacidade coletiva de modernização da ação coletiva”.

Delgado e Grisa (2014, p.154) concebem que o desenvolvimento rural passa por uma integração das políticas públicas, o que contribui para dinamizar a economia, resultando em melhorias para a população. Para os autores esse aspecto reforça “a necessidade de repensar o conceito de ruralidade, deixando mais clara sua heterogeneidade e diversidade e os vínculos econômicos, sociais, políticos e culturais com o meio urbano”.

Favareto (2008, p.11) afirma, ao pensar o desenvolvimento territorial, que é preciso superar [...] um modelo que deu maior empoderamento aos movimentos sociais dos agricultores no controle social dos investimentos públicos, para um modelo capaz de levar à coordenação das forças sociais em direção a um estilo de desenvolvimento territorial, que seja incluyente [...] e sustentável.

Abramovay (2007, p.21-22), ao analisar as formulações da abordagem do desenvolvimento rural, diz que o aspecto normativo limita uma maior compreensão das dinâmicas territoriais. Sinaliza assim,

Um dos métodos de abordagens mais frequentes dos estudos sobre desenvolvimento territorial consiste em comparar regiões cuja dotação objetiva de fatores é semelhante e que, no entanto, diferem muito quanto a seu dinamismo econômico e seus resultados sociais e ambientais: são trabalhos que procuram em fatores intangíveis (entre os quais se destaca o

"capital social") os elementos explicativos das diferenças entre certas regiões. Destas comparações surge um conjunto de atributos característicos das situações virtuosas que se transformam em recomendações às organizações públicas e privadas. A descrição dos elementos que supostamente explicam o melhor desempenho de algumas áreas acaba sendo tomada por aquilo que não é: uma explicação de suas causas. Uma vez que, nessa descrição, ganham destaque elementos de natureza subjetiva e organizacional, não é difícil chegar a conclusões gerais como, por exemplo, a de que regiões bem-sucedidas são as que possuem organizações mais dinâmicas, mais abertura a horizontes sociais diferentes daqueles em que estão imersas, maior enraizamento de suas tradições culturais, enfim, um conjunto de atributos certamente nobres e desejáveis, mas que, muito dificilmente, conseguem explicar as situações a que se referem. De certa forma, a crítica aqui exposta aplica-se também aos estudos que encontram no capital social a raiz do melhor desempenho de certas regiões".

A perspectiva territorial precisa valorizar a participação dos atores, entre os quais se encontra o estado. Brandão (2007, p.57) diz que “é necessário construir um lócus analítico de mediação das relações, de filtro interpretativo das relações de determinado recorte territorial e análise com diferentes escalas espaciais”. Assim, continua o autor,

[...] a complexidade das análises que não tomam o território como uma entidade passiva [...] é enorme: um problema pode se manifestar em uma escala, mas ter sua determinação em outra. Os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo, instância de poder, etc. Neste sentido, defendo que pensar políticas públicas territorializadas passa por articular devidamente escalas, arenas, níveis e instâncias que se encontram tramados".

As reflexões acerca da abordagem de território e territorialidade conduzem a um olhar voltado a compreender as especificidades das regiões amazônicas. Tal perspectiva permite um olhar apto a propor processos capazes de somarem a realidade específica presente em cada território amazônico.

O potencial territorial da região de Tefé

A região de Tefé é uma das maiores regiões produtoras de castanha-do-brasil e de farinha de mandioca do Estado do Amazonas. Para Queiroz (2014, p.1972), o território de Tefé, no médio Solimões, é resultado de “um longo período histórico marcado pela presença de diversos agentes, como missionários, exploradores, viajantes, cientistas e indígenas”. Para a autora, a “valorização foi condicionada por contextos relacionados à exploração das drogas do sertão, do direcionamento de políticas territoriais que prezavam a presença das Coroas tanto Portuguesa quanto a Espanhola e da contribuição do papel comercial advinda de iniciativas privadas regionais e mundiais”.

O potencial extrativista do território de Tefé é controlado por diversos comerciantes com raízes históricas. Spix e Martius (1976 [1938], p.38) descrevem o início desse processo e o início dos laços comerciais com as comunidades. Continuando a análise, Spix e Martius (1976 [1938], p.162) afirmam,

Ega¹⁷ tinham naquele tempo, o duplo da população de agora; está, atualmente, muitíssimo reduzido o número de operários e negociantes, e do

¹⁷ Ega é o antigo nome de Tefé.

luxo não resta mais vestígio, a não ser como afirmam muitos, na disposição dos habitantes só para ociosidade, para o divertimento, particularmente, porém só para embriaguez. (...). Apenas alguns moradores, e entre os índios um único, se ocupam com o cultivo de produtos coloniais para exportação; outros mandam expedições ao rio Japurá, Iça, Juruá, Jutai e Javari para mandar colher os produtos silvestres: salsaparrilha, cacau, óleo de copaíba e castanhas-do-maranhão e enviam para a Vila de Ega.

Esses comerciantes passaram a ser os principais intermediadores dos produtos extrativistas. Tefé foi o principal ponto de chegada de produtos e migrantes, principalmente os que iriam trabalhar nos seringais do Juruá e do Alto Solimões. A importância de Ega para a navegação e o comércio pode ser encontrada na obra de Caio Prado Jr. (2004, p.73), que se refere à frota “composta de dezenas de embarcações, navegando rio acima em demanda de pontos favoráveis, às vezes as distâncias enormes da partida”. Ega, por exemplo, é o lugar de embarque das expedições que exploram os rios Japurá, Içá, Juruá, Jutai e Javari, num raio de centenas de quilômetros (PRADO, 2004, p. 73).

Na lógica econômica imposta pelo sistema colonial, o extrativismo passou a orientar a vida e as pessoas no município. O extrativismo tornou outras atividades produtivas, como a agricultura, em “acessórios”, como descreveu Caio Prado Jr. (2004), o papel da produção diversificada para o consumo doméstico (as lavouras de subsistência), e que os excedentes em alguns casos eram comercializados.

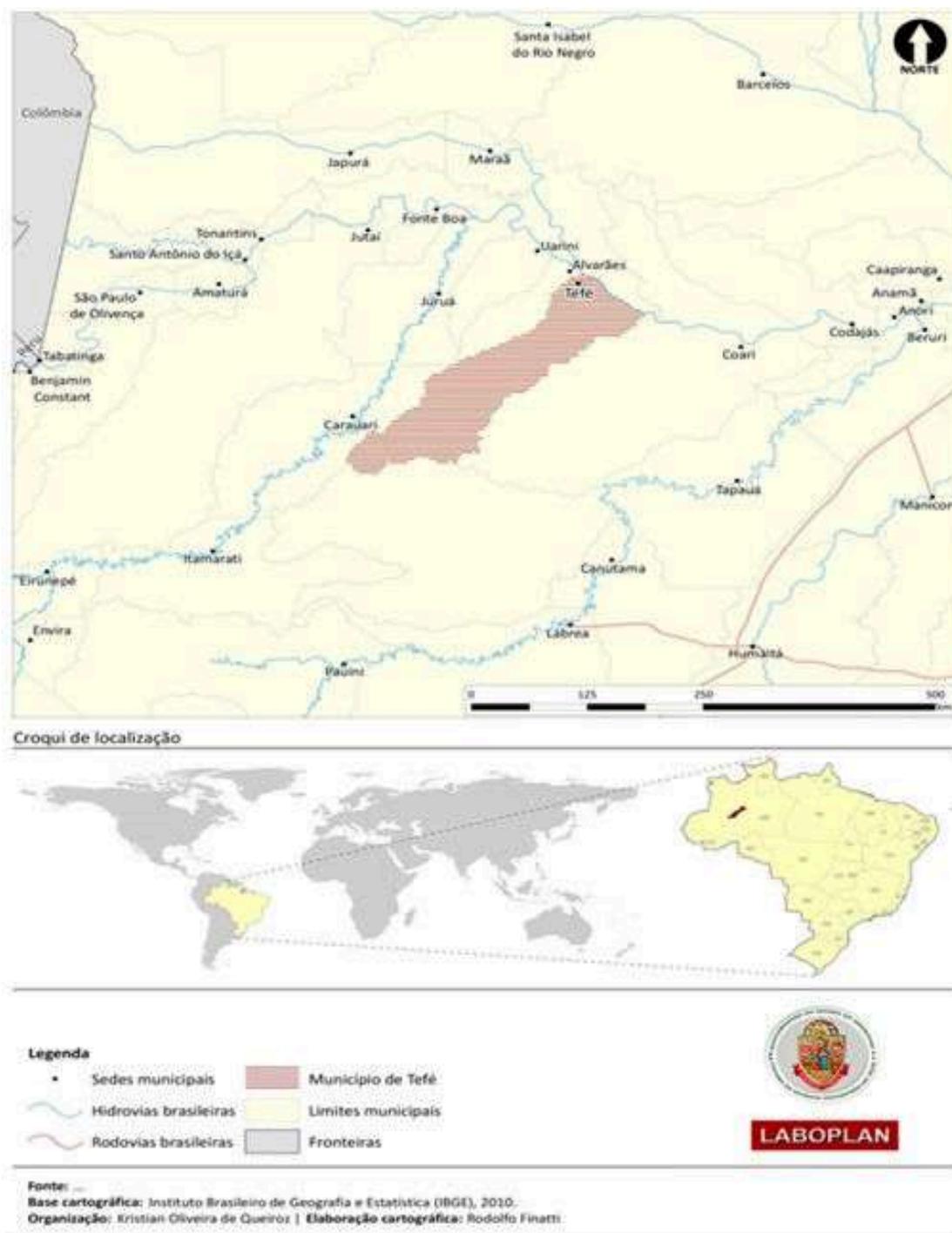
As principais áreas de produção extrativista, já no final do século XIX, eram as comunidades Caiambé, Jutica, Marajó, Catuá, Lago de Tefé, Caiçara, Uarini e Jauató (PESSOA, 2007).

Portanto, o estudo faz uma reflexão sobre as comunidades de Tefé, AM, que foram e são responsáveis por percentual considerável da produção de castanha-do-brasil e de farinha de mandioca. Os levantamentos realizados junto às comunidades levam à reflexão sobre o desenvolvimento, principalmente considerando a ação territorial.

METODOLOGIA

O estudo foi realizado em Tefé, Município do Estado do Amazonas, distante 522 km, em linha reta, da cidade de Manaus, capital do estado. No município foram levantados dados e informações em quatro comunidades: Jutica, Caiambé, Marajó e Santo Isidoro, comunidade que pratica a agricultura, o extrativismo e a pesca.

Mapa 1 – Localização da cidade de Tefé.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010. Org.: Kristian Oliveira de Queiroz. Elaboração Cartográfica: Rodolfo Finatti. (apud *Queiroz, 2014, p.1973*).

Como perspectiva metodológica adotou-se a pesquisa exploratória e descritiva, que, segundo Gil (2002, p.41), permite alcançar “maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou constituir hipóteses”. A pesquisa descritiva, de acordo com Collis e Hussey (2005), busca descrever o comportamento, identificar e obter informações sobre as características de determinado problema ou questão.

Para maior aproximação com a realidade do território buscaram-se as informações existentes na literatura, em bancos de dados de instituições e de órgão públicos, além de revisão bibliográfica com a leitura de livros, artigos e documentos com informações de pesquisas, relatos e história social, econômica e política.

Em campo, realizaram-se entrevistas por meio de questionários semiestruturados, conversas, informações, observação e diálogos em grupo, com o objetivo de estabelecer maior proximidade com o objeto. A presença em campo durou sete dias e permitiu a reunião de um conjunto de informações empíricas das comunidades.

Considerando a dimensão da população a ser avaliada, optou-se por trabalhar com amostragem, que frequentemente é usada nas pesquisas sociais. Ao fazer essa opção, selecionou-se de forma aleatória uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Para que a pequena parte selecionada fosse a mais representativa possível recorreu-se ao princípio probabilístico simples, no qual os extrativistas entrevistados foram selecionados de forma casual.

O estudo optou por uma análise qualitativa com 31 agricultores extrativistas distribuídos proporcionalmente entre as comunidades Jutica, Caiambé, Santo Isidoro e Marajó, localizadas nas proximidades do Rio Solimões. Uma amostra intencional de indivíduos, ou seja, “selecionada com base em certas características tidas como relevantes pelos pesquisadores e participantes, mostra-se mais adequada para a obtenção de dados de natureza qualitativa” (GIL, 2002, p. 145). Para a seleção dos entrevistados seguiu-se o procedimento probabilístico aleatório, no qual todos os elementos da população têm a mesma probabilidade de pertencerem à amostra.

É importante ressaltar que a presente pesquisa tem um viés qualitativo, com base na aceção de Patton (1990), para o qual não há regras para o tamanho da amostra em pesquisa qualitativa. Segundo o autor, essa perspectiva remete à estratégia de amostragem por variação máxima, cuja principal preocupação é buscar a tipicidade e a conveniência da amostra e a heterogeneidade entre os grupos de sujeitos. A representatividade dos casos não está relacionada ao tamanho da amostra, “mas à sua capacidade de proporcionar o entendimento de outros casos” (VIEIRA et al., 2002a, p.1). Qualquer padrão comum que nasça da ampla variabilidade amostral é valioso para que se possa chegar aos significados essenciais do fenômeno em evidência.

A coleta dos dados foi obtida por meio de roteiro com entrevistas semiestruturadas aplicadas aos produtores. O roteiro continha questões abertas e fechadas. Com base em Gil (2002), esse método foi aplicado na interação pesquisador e entrevistados, com o propósito de descrever as características da atividade ou processos abordados na pesquisa. Essa técnica permitiu a melhor caracterização da infraestrutura, produção, organização, comercialização, do acesso a programas e projetos governamentais, entre outros.

O tratamento dos dados coletados foi realizado por meio da técnica de sistematização e análise, com base nas características dos dados, e teve por finalidade categorizar e sistematizar a percepção dos atores frente ao objeto de estudo (VERGARA, 2009).

RESULTADOS/DISCUSSÃO

O Município de Tefé possui uma população de 61.453 mil habitantes, sendo que 81,48% estão morando na cidade. Mesmo com apenas 18,52% da população no meio rural, o município, segundo o IBGE (2014), é o 2º produtor de mandioca do estado, o 6º de castanha-do-pará, o 7º de abacaxi, o 8º de cacau, 11º de laranja, 13º de cana-de-açúcar, 15º de melancia, 20º de açaí, 21º de ovos de galinha, 23º de maracujá e 25º de peixes.

A produção de castanha atingiu, em 2013, 787 t. Essa produção foi 6,7% superior à do município de Lábrea, e foi o segundo maior preço médio pago pelo quilograma da castanha, que foi de R\$ 2,80, ficando atrás apenas de Boca do Acre, cujo preço médio pago foi R\$ 3,00. Essa valorização decorreu da concorrência entre os atravessadores que controlam a produção do território, já que a cidade de Tefé é um “importante porto para o escoamento da produção da calha do Rio Solimões” (GIZ, 2012, p.6). Além da produção do município, Tefé centraliza a compra e o escoamento também da castanha dos municípios de Alvarães, Coari, Tapuá, Juruá, Uarini. Juntos, esses municípios produziram 2.412 t e foram responsáveis por 19,8% da produção do Estado do Amazonas.

Para que a produção extrativa tenha capacidade de impulsionar o desenvolvimento territorial, é fundamental que ocorra o fortalecimento dos sujeitos beneficiados dessa riqueza gerada pela natureza e coletada pelo homem. Esse levantamento mostrou que há uma necessidade urgente de investimento em educação. Na pesquisa realizada, constatou-se que, nas comunidades, 46% dos moradores possuem apenas o ensino fundamental incompleto; 22%, o ensino fundamental completo; 23% não concluíram o ensino médio; e apenas 9% dos entrevistados têm o ensino médio completo. Não foram encontrados, entre os comunitários, alunos ou profissionais com ensino superior. Entre os extrativistas, 68% deles tiveram apenas acesso ao ensino fundamental com concentração nas séries iniciais, principalmente da primeira à quarta.

Essa situação remete ao passado descrito por Pessoa (2007, p.127), para quem “o processo do extrativismo prejudicava o funcionamento das escolas”, já que os alunos “no verão, de junho até dezembro, iam para as praias fabricar manteiga de ovos de tartaruga, ou para as feitorias, para a pesca do pirarucu, peixe-boi e do boto tucuxi. Já em janeiro, eles eram destacados para os centros da floresta para a coleta da castanha e outros produtos”. A autora, no mesmo parágrafo, fala da produção para o autoconsumo, prejudicada pela dedicação ao extrativismo voltado a atender a demanda externa. Sobre esse aspecto, a autora diz que a “vila ficava quase vazia e pela falta de serem feitas as roças de mandioca, a fome tomava conta e muitos índios morriam nas aldeias por falta de alimentos” (PESSOA, 2007, p.127).

O perfil dos extrativistas mostra que a média de idade nas quatro comunidades é de 48,25 anos, sendo que a maior média foi encontrada na comunidade Jutica, com 58 anos, seguida da Santo Isidoro com 49, Marajó com 45 e Caiambé 41 anos. Em relação ao aspecto demográfico, em todas as comunidades, há mais homens do que mulheres, em uma relação de 60/40 em Caiambé, de 65/45 em Marajó, de 62/38 em Jutica e de 66/34 em Santo Isidoro, revelando uma situação de masculinização da população dessas comunidades. Isso é um dos graves fatores que interferem na reprodução social da agricultura familiar.

A média de indivíduos por unidade familiar é de 3,1 considerando todas as comunidades. A maior média é encontrada na comunidade de Santo Isidoro, com 4,1 pessoas, seguida de Jutica com 4, Marajó com 3,5 e Caiambé com 1,5. Os números mostram que há tendência ao esvaziamento da zona rural. Em relação à presença do sexo masculino e feminino nas unidades familiares, constatou-se que, nas famílias das quatro comunidades, há em média, 2,2 pessoas do sexo masculino e 1,5 do sexo feminino. A comunidade que possui a menor média de pessoas do sexo feminino é a do Marajó, com uma por unidade familiar. A mesma comunidade possui a maior média de pessoas do sexo masculino por unidade, 2,4. Na sequência estão Caiambé, com 1,8 do sexo feminino para 2,3 do sexo masculino; Jutica, com 1,7 feminino para 2 do masculino; e Santo Isidoro, com 1,7 do sexo feminino para 2,3 pessoas do sexo masculino.

O número de pessoas por unidade, assim como a questão de gênero, tem reflexo na disponibilidade de mão de obra destinada à colheita da castanha. Na média geral das comunidades, somente duas pessoas por unidade familiar dedicam-se ao extrativismo da

castanha. Em Caiambé, essa média alcança 2,4 pessoas por unidade; em Santo Isidoro, 2,3; em Jutica, 2; e na comunidade do Marajó, 1,5.

Cabe um desafio às instituições de pesquisa mensurar o quanto a redução da presença de pessoas no meio rural e nas práticas de atividade extrativas, com o atual estágio tecnológico, influencia a dinâmica da produção. Inclui-se aqui uma análise sobre a questão da produtividade do trabalho, mecanização e automação de algumas etapas do trabalho.

A produção para o autoconsumo ainda constitui motivo de preocupação. Nas comunidades analisadas, a principal atividade agrícola é a produção de farinha, que é um dos principais produtos comercializados no Município de Tefê. Todos os extrativistas, além da castanha, produzem farinha, produto com grande demanda entre os atravessadores dos portos e das casas flutuantes. Existe também uma minifábrica que empacota e beneficia a farinha, conhecida como fábrica de farinha Jutica. Segundo o proprietário, “a farinha sempre teve menos problemas que a castanha. “Bastava ensacar e vender, mas eu resolvi beneficiá-la e dar-lhe sabor. Hoje a farinha da Jutica tem os sabores de alho, pimenta e cebola. E é ovinha, tudo testado e desenvolvido por nós.” (CUNHA, Jornal do Comércio, 21 junho 2016).

Nas comunidades pesquisadas, há predominância da produção de farinha entre os agricultores, atividade desenvolvida por 90% deles; a castanha é coletada por 90%, na sequência a pesca, por 38%, e o açaí, por 19% das famílias. Esses números evidenciam a predominância do extrativismo da castanha e da produção de farinha no rol das atividades dos agricultores. Outras rendas não agrícolas encontradas e que compõem a renda geral das propriedades foram o Bolsa-família em 55% das unidades, a aposentadoria em 10% das famílias, e as pessoas das famílias que recebem diárias de prestação de serviços para outros agricultores representaram 22% das famílias.

O comércio extrativista é extremamente controlado pelos comerciantes (atravessadores), alguns com seus pontos localizados em flutuantes próximos à cidade e outros na própria cidade. O diagnóstico é comprovado pela pesquisa de Faulhaber (1987, p.136), que diz que, até meados do século XX, “os comerciantes de Tefê... (ainda) controlavam a comercialização dos produtos extrativos da região”.

O fato de a cidade de Tefê ser um centro comercial consolidou uma elite econômica e política que iniciou com a exploração do trabalho de seringueiros, castanheiros e pescadores, principalmente os de pirarucu. Essa classe diversificou sua atividade econômica, com produtos industrializados, porém ainda controla a dinâmica do comércio na região, agindo diretamente sobre a produção das comunidades. Para Faulhaber (1987, p.150-151), os fatos podem ser comprovados pela história das famílias que detém o poder econômico e político

De acordo com o Prof. Hellion, este grupo consolidou-se a partir da década de quarenta, enriquecendo-se através da “exploração do trabalho caboclo”. E acrescenta que existem facções internas aos “trust”: “A família Alves vive se digladiando com os Queiroz e os Roberto. A família Retto é aliada da família Roberto. A família Alves é sozinha e tem grande poder econômico. O antigo prefeito, Afonso Alves, é filho do velho Alves. Existem alianças entre as famílias Retto, Queiróz e Roberto. O atual prefeito é Armando Retto. A família Queiróz é mais política. Os Roberto apoiam os Retto, mas não entram na política. A família Castro Vasconcelos é uma família nova, economicamente falando. Era uma família pobre que se projetou na década de setenta, adotando os mesmos métodos de exploração do regatão. Eles foram estendendo o seu poderio, colocando os barcos no rio e fazendo comércio. A partir de 1964, com a preocupação militar com a ocupação da Amazônia, gradativamente Tefê foi se tornando um centro comercial e surgiram novos métodos de enriquecer. A família Castro Vasconcelos se tornou mais ativa e começou a se introduzir no alto comércio. Conseguiu a

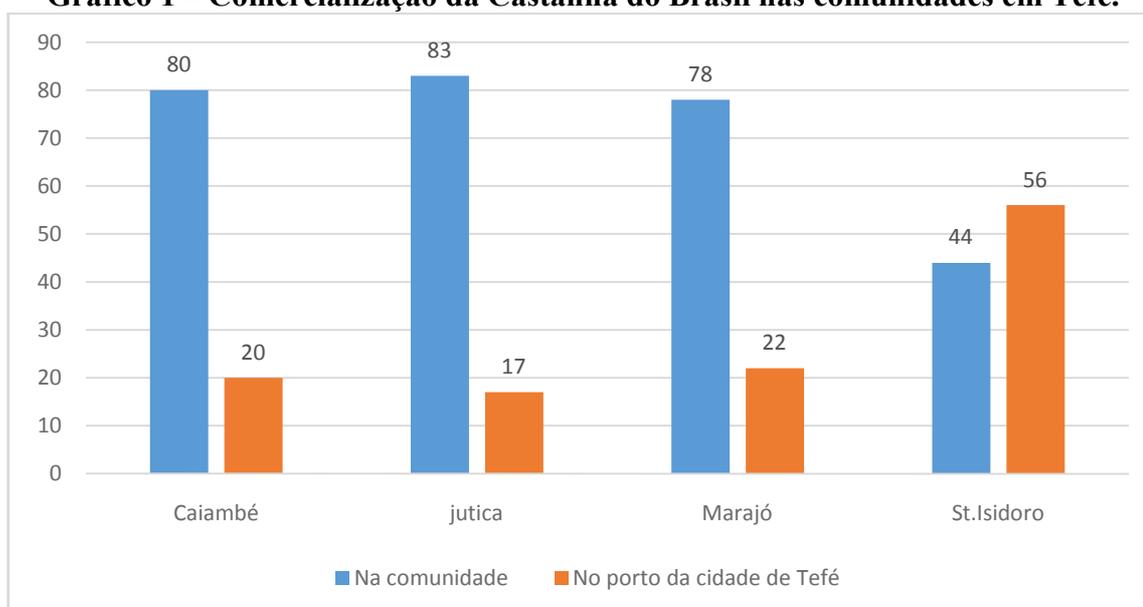
representação da gasolina e o monopólio da venda do gás. Isto lhe criou condições. Os outros comerciantes estavam viciados naquele processo de explorar o caboclo. Atualmente (os grande comerciantes de Tefé) não dependem exclusivamente da exploração do regatão. Fazem mais o alto comércio entre Manaus e Tefé. Fazem mais o comércio de atacado”.

Os atravessadores controlam toda a produção das comunidades estudadas. Nelas estabelecem uma relação de dependência, principalmente pelo fator adiantamento, que é uma ação realizada por 45% dos extrativistas. Os percentuais de famílias que tomam o adiantamento em cada comunidade são: Jutica (68%), Marajó (70%), Santo Isidoro (50%) e Caiambé (30%).

Essas relações perpetuam-se também nas questões fundiárias, em que grande parte das terras onde estão localizadas essas comunidade é considerada terras particulares, como é o caso da região de Jutica, que pertence à família Cunha; da comunidade de Santo Isidoro, que pertenceu ao Senhor Jorge Rezala, que “morreu sem deixar herdeiros, dono de quase todos os castanhais localizados na região do Lago de Tefé” (RODRIGUES, 2011p.94). Segundo os extrativistas 44% deles fazem coleta em áreas particulares, 33% em áreas devolutas e 23% não sabe qual a situação da área.

A maior parte da produção de castanha-do-brasil coletada é comercializada diretamente nas comunidades. A comunidade de Jutica, onde está localizada a agroindústria de beneficiamento de farinha e também um ponto fixo de compra da castanha, é responsável pela comercialização de 83% da castanha e da farinha produzida na comunidade. Já em Santo Isidoro, comunidade que fica próximo à cidade, o que favorece é o deslocamento e a comercialização no porto, onde há, segundo a Capitania dos Portos, 204 flutuantes, sendo que “100 atuam como pontos comerciais (informais e licenciados), principalmente para a comercialização dos produtos derivados do petróleo e produtos extrativistas locais, como a castanha-do-pará, cacau, farinha de mandioca, além de oficinas mecânicas e frigoríficos” (RODRIGUES, 2011, p.80).

Gráfico 1 – Comercialização da Castanha do Brasil nas comunidades em Tefé.



Fonte: Pesquisa de campo. Tefé - AM, 2016.

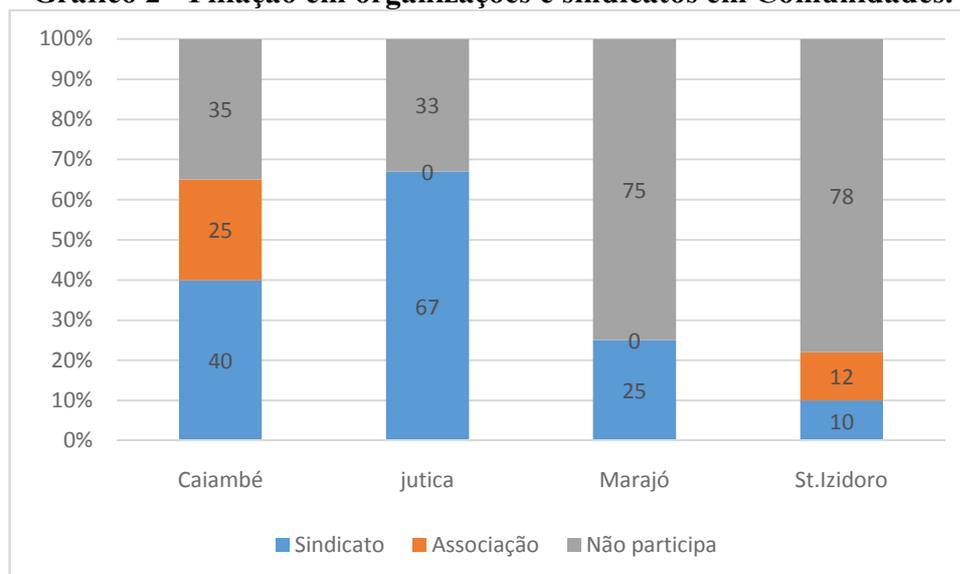
A produção de castanha é totalmente controlada pelos atravessadores, criando um fluxo onde ela é coletada pelos extrativistas, repassada aos atravessadores, que a comercializam com a CIEEX, com Jutica e com os compradores bolivianos.

O potencial extrativista exposto no diagnóstico realizado pela GIZ (2012, p.8) confirma a potencialidade para instalação de uma usina, porém o relatório ressalva que ela deve ser “instalada após o fortalecimento/consolidação da organização social, a fim de identificar a associação ou cooperativa para fazer a gestão do empreendimento” e que, caso isso não ocorra, e “a usina seja viabilizada antes da organização social, existe o risco da gestão do empreendimento ir parar na mão de empresários locais”. Um empresário, em entrevista ao Jornal do Comércio em 21 de junho, disse que o beneficiamento de sua produção era feito em “Amaturá e é agora em Beruri” em usinas construídas pelo governo do estado. O empresário é de uma linhagem de comerciantes que atuava na região nas décadas iniciais do século XX.

A viabilidade de um processo capaz de potencializar o extrativismo, transformando-o em fator endógeno do território, necessita da superação de aspectos forjados no início da colonização e do fortalecimento, por uma relação de mercado, predatória e egoísta, que entre tantas mazelas retirou das comunidades a perspectiva organizativa, enquanto estratégia de superação das limitações coletivas. Nas quadro comunidades há associados aos sindicatos, a duas instituições dos extrativistas, e há extrativistas ligados à associação de pescadores, sendo que as duas se encontram localizadas na cidade de Tefé. Na comunidade Santo Isidoro há, segundo Sussumo e Mendes (2014, p.10), duas associações, a Associação de Produtores de Cana-de-açúcar (APROCANSI), que produz “o mel, rapadura, garapa” e que tem a experiência de comercialização para a merenda escolar e Associação de Pescadores (SINPESCA). A associação da pesca tem trabalhado principalmente com cursos de beneficiamento e com “a agricultura (cana e mandioca), a pesca se torna uma das principais fontes de renda da família. Em relação à floresta não há uma relação intensa, o extrativismo animal e vegetal se torna, portanto, esporádico”.

A maioria das comunidades não possui uma organização local e, mesmo a existente não tem perspectiva de articulação territorial que busque organizar a ação e a produção numa perspectiva autônoma, visando superar os entraves ao desenvolvimento. Segundo os entrevistados, a filiação consiste em, simplesmente, criar os meios necessários para aposentadoria.

Gráfico 2 - Filiação em organizações e sindicatos em Comunidades.



Fonte: Pesquisa de campo. Tefé – AM. 2016

Muitos dos problemas postos poderiam ser superados com uma concreta e eficaz ação estatal de assistência técnica e extensão rural, o que infelizmente não faz parte das estratégias governamentais do Estado do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Processos de desenvolvimento territoriais autênticos e sustentáveis pressupõem a participação efetiva dos atores locais, diretamente ou por meio de suas representações, organizados e mobilizados, a partir de fatores e recursos endógenos da região, buscando gerar riquezas, porém zelando pela equidade na sua distribuição, respeitando o ambiente, a cultura, o equilíbrio de poder e o modo de vida das pessoas que ali vivem.

As informações obtidas na pesquisa indicam algumas debilidades em indicadores de sustentabilidade das famílias das comunidades estudadas. Temos elementos internos às famílias e externos que nos fazem pensar que o processo de desenvolvimento em curso tem debilidades.

Os dados mostram que há uma tendência de esvaziamento das comunidades em razão do envelhecimento da população e que acaba indo residir na zona urbana, nas taxas menores de natalidade, que se traduzem em menor número de pessoas por unidade familiar. Essa redução de pessoas por unidade interferem na disponibilidade de mão de obra para o trabalho, reduzindo a oferta de produtos, como os da farinha e a castanha. Também tende a aumentar a insegurança alimentar, uma vez que, com menos pessoas trabalhando, priorizam-se algumas atividades geradoras de renda em detrimento da produção para autoconsumo. Vimos que há em média 3,1 pessoas por unidade familiar, sendo que variou de 1,5 a 4,1 pessoas por unidade. Na coleta da castanha, em média, duas pessoas dedicam-se a essa prática. A produção de farinha de mandioca está diretamente ligada à força de trabalho, uma vez que não há mecanização nessas atividades. E essa atividade é desenvolvida por mais de 90% das famílias, assim como a coleta da castanha.

Outro elemento de insustentabilidade para o processo de desenvolvimento é a alta predominância do sexo masculino no meio rural. As pessoas do sexo feminino saem das unidades. Isso tem consequência na busca por uma companheira por parte dos homens da comunidade, no lazer e na manutenção das taxas de natalidade. Esse elemento tende a aumentar o êxodo de jovens do meio rural dessas comunidades.

Do ponto de vista da organização social, pode-se afirmar que ela ainda é débil. Pode ser vista nas relações que se estabelecem na comercialização da castanha e de outros produtos. Praticamente as comunidades não interferem na comercialização. Os atravessadores dominam o mercado. O nível de organização dos agricultores das comunidades não permite melhor remuneração pelos seus produtos. Há uma apropriação da renda do trabalho pelos atravessadores. Há um grau de dependência muito grande dos agricultores para com os agentes que adquirem os produtos no comércio local.

A falta de autonomia, talvez decorrente da falta de organização, pode ser notada naquilo que se chama adiantamento ou “aviamento”. É a antecipação de recursos, na forma de alimentos e outros produtos, feita pelo atravessador aos extrativistas, para ser paga com a colheita ou coleta da castanha. Isso torna o extrativista altamente dependente do comerciante. Ele paga caro pelos produtos, não tem escolha na venda dos produtos agrícolas e extrativistas para busca de melhor preço, e assim repete-se um ciclo de dependência e as relações de poder, que remontam ao século XIX nos seringais. Na colheita da castanha também há a subordinação a um senhor que se diz dono da área, que autoriza a coleta, desde que os extrativistas comercializem para ele, e que quase metade deles já deve a esse senhor porque pegou adiantamento.

A situação de subordinação também se deve ao baixo nível de escolaridade das pessoas, como mostrou a pesquisa. O baixo nível de escolaridade dificulta a organização das comunidades. Por outro lado, a necessidade de se buscar meios para estudar leva os jovens ao êxodo.

A inovação tecnológica permitiria aumentar a produtividade do trabalho, a renda agrícola das famílias e a melhoria na produtividade. Isso tornaria a família menos dependente do extrativismo. A inovação tecnológica, somada à inovação institucional, que permitiria uma organização social e participação das pessoas na vida das comunidades, tenderia a mudar as relações de poder em todos os seus aspectos, resultando em mais renda.

A reprodução social e a melhoria de vida das famílias passam pela inovação, por implementação de processo de desenvolvimento que venha de dentro do território.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Para uma teoria dos estudos territoriais**. In: Ortega, A.C.; Almeida, Fo., N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea. 2007.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

ALLEGRETTI, Mary H. **Políticas para o uso dos Recursos Naturais Renováveis: A Região Amazônica e as Atividades Extrativistas**. Artigo publicado originalmente na Revista de Administração Pública da FGV: São Paulo: jan/mar 1992, 26:145-162. In CLÜSENER-GODT, M. SACHS, Ignacy. *Extractivismo na Amazônia Brasileira: Perspectivas sobre o Desenvolvimento Regional – Compêndio MAB n. 18 – UNESCO, Montevideo – Urugua: Abril-1994.*

BALSON. A.T. **Diagnóstico do potencial de produção de castanha-do-brasil no município de Tefé para instalação de uma usina de beneficiamento**. – Estudo de viabilidade econômica. Revista Giz, Maio - 2012.

BRANDÃO, C. **Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder**. In: Ortega, A.C.; Almeida Fo., N. (Orgs.). *Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e economia solidária*. Campinas: Alínea, 2007.

CLÉMENT, J. **O extrativismo na história agrária do Amazonas**. Manaus: Floresta Viva, 2008.

COLLIS, Jill e HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**. 2ª. Ed. Ed. Bookman, São Paulo, 2005.

COSTA, A.F. **Questão agrária e macropolíticas para a Amazônia**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v.19, 2005.

COSTA. A.F. **Por uma NovaSudam**. *Revista Em Questão*. Porto Alegre, Ano I, n.10, 2003.

_____. **Notas sobre uma economia importante, (Super) verde e (Ancestralmente) inclusiva na Amazônia**. In: AZEVEDO, A. A.; CAMPANILI, M.; PEREIRA, C. Seminário “Caminhos para uma agricultura Familiar sobre bases ecológicas: Produzindo com baixa emissão de carbono.”

DIAS, A.; SILVA, A.O.; LOPES, R. **Debate: O desenvolvimento rural integrado do Amazonas**. Revista Terceira Margem da Amazônia. v.1, n.5. São Paulo: Outras expressões, 2015.

FAULHABER, P. **O lago dos espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998.

_____. **O navio encantado: etnia e aliança em Tefé.** Coleção Eduardo Galvão. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

FAVARETO, A. **Três instantâneos sobre a gestão social do desenvolvimento territorial nos anos 2000 - notas para um balanço.** Trabalho apresentado no III Fórum Internacional de Desenvolvimento Territorial, Fortaleza, 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRISA, C. **Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança.** Revista Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, v.22, p. 132-163, 2014.

HOMMA, A.K.O. **Em favor de uma nova agricultura na Amazônia.** Revista Terceira Margem da Amazônia. v.1, n.5. São Paulo: Outras expressões, 2015.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia?.** Revista Estudos Avançados. São Paulo, v.26, 2012.

OLIVEIRA, L.V.; SALGADO. A.B.C. **Levantamento Etnoecológico das Terras indígenas do complexo de Tefé: Marãã/Urabaxi, Paraná do Paricá, Cuiú-Cuiú e Kumarú do Lago Ulalá.** Brasília: FUNAI/PPTAL/GTZ, 2008.

MEDEIROS, L.S DE; DIAS, M.M. **Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil (Introdução).** In: LEITE, S. P. Leite; MIRANDA, C; TIBURCIO, B. (Org.). Brasília: IICA, 2011. (Série desenvolvimento rural sustentável; v.14.).

NOBRE, C. **Mudanças climáticas globais: Possíveis impactos nos ecossistemas do país.** Parcerias Estratégicas. n. 12, p. 249-258, set. 2001.

PATTON, M.Q. (1990): *Qualitative evaluation and research methods.* Sage Publications. Newbury Park, CA.

PESSOA, Protázio Lopes. **História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas.** 1ª Ed. Manaus. Editora Novo Tempo. LTDA, 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. **Tem futuro o futuro? Coleção Amazônia: a floresta e o futuro.** Ed. 3. Scientifican American Brasil. São Paulo, Duetto Editorial, 2008.

QUEIROZ. O.K. **Valorização e fragmentação do território: Os desmembramentos histórico-territoriais de Tefé no Amazonas.** Anais do VI Congresso Iberoamericano de Estudios Territoriales y Ambientales, 2014.

RODRIGUES, E.A. **Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Amazonas, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, M. **História da Amazônia.** Manaus: Valer, 2009.

SUSSUMO M.V.P.; MENDES, O.L. **Dinâmica do espaço agrário no município de Tefé: Reflexões iniciais sobre as comunidades Barreira da Missão, Santa Maria, Santo Isidório.** Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2014.

TEXEIRA, F.N.J.E. Mudança organizacional em sistemas educacionais: uma compreensão à luz da análise de redes sociais. **Revista Educação. v.37, n.1, p.81-91. 2014.**

THEYS, J. (2006). **O ordenamento territorial face ao desenvolvimento sustentável:** sentido e limites de uma integração. Eisforia, Florianópolis, p.179-198.

VEIGA, J.E. et al. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília,MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

VIEIRA, R.; DIAS, C.; SOUZA, A.; MELLO, S. **Estudo de Caso:** uma Abordagem Naturalista. In: ASSEMBLÉIA DO CONSELHO LATINOAMERICANO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO, 37, 2002, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Cladea, 2002.

VERGARA, S. C.(2009): **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** Atlas.São Paulo.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e água de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso dos recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas- EDUA, 2007.